

Política monetária Copom indica que avaliará necessidade de 'ajuste residual, de menor magnitude' BC sobe juro básico para 13,75%

Estevão Taiar e
Guilherme Pimenta
De Brasília

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou ontem a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual, para 13,75% ao ano. Além disso, avaliará a necessidade de um "ajuste residual, de menor magnitude", em sua próxima reunião. Portanto, estudará a possibilidade de que a Selic chegue a 14% ao ano. Uma novidade foi a projeção para a inflação acumulada em 12 meses até o início de 2024, apresentada por causa dos impactos do "pacote eleitoral" na trajetória dos preços.

"O Comitê avaliará a necessidade de um ajuste residual, de menor magnitude, em sua próxima reunião", disse em comunicado divulgado após a decisão, tomada de maneira unânime.

O colegiado do Banco Central (BC) afirmou ainda, no entanto, "que seguirá vigilante e que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar a convergência da inflação para suas metas".

Um segundo ponto a ser ob-

Selic mais alta

Nas datas de reunião, em % ao ano



Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data.

servado a respeito da sinalização é que "a incerteza da atual conjuntura, tanto doméstica quanto global, aliada ao estágio avançado do ciclo de ajuste e seus impactos acumulados ainda por serem observados, demanda cautela adicional". Desde março do ano passado, a Selic já subiu 11,75 pontos percentuais.

As mudanças tributárias implantadas pelo pacote do governo apareceram ontem pela primeira vez no cenário da autoridade monetária. Atualmente, o Copom mira 2023 e, em menor grau, 2024 para conduzir a Selic,

anos para os quais as metas são de 3,25% e 3%, respectivamente.

Em ambos os casos, há um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. As estimativas do BC, no entanto, apontam uma inflação de 4,6% no ano que vem e 2,7% em 2024. Ou seja: acima e abaixo da meta, respectivamente.

Mas o comitê afirmou "que as projeções de inflação para os anos de 2022 e 2023 estavam sujeitas a impactos elevados associados às alterações tributárias entre anos-calendário". Dessa maneira, o colegiado "optou nes-

te momento por dar ênfase à inflação acumulada em doze meses no primeiro trimestre de 2024, que reflete o horizonte relevante, suaviza os efeitos diretos decorrentes das mudanças tributárias, mas incorpora seus impactos secundários sobre as projeções de inflação relevantes para a decisão de política monetária".

Dessa forma, "para o horizonte de seis trimestres à frente" contando a partir de agora, a projeção de inflação acumulada em doze meses ficou em 3,5%.

Por sua vez, o balanço de riscos, no qual o BC faz análise mais subjetiva da conjuntura inflacionária, continua com fatores atuando tanto para pressionar a inflação para cima quanto para baixo. Portanto, os riscos de que a inflação fique acima ou abaixo do projetado estão equilibrados. Mas, para ambas as direções, surgiram novos fatores desde a reunião anterior.

"O Comitê pondera que a possibilidade de que medidas fiscais de estímulo à demanda se tornem permanentes acentua os riscos de alta para o cenário inflacionário", disse a autoridade. "Por outro lado, nota que o au-

mento do risco de desaceleração da economia global também acentua os riscos de baixa."

O colegiado também descreveu a inflação ao consumidor como "elevada, tanto em componentes mais voláteis como em itens associados à inflação subjacente", enquanto a "retomada no mercado de trabalho [está] mais forte" do que era esperado. Já "as diversas medidas" de inflação subjacente, mais sensíveis à taxa básica de juros e à atividade econômica, continuam "acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta".

A respeito do cenário externo, o BC subiu o tom, afirmando que o ambiente "mantém-se adverso e volátil, com maiores revisões negativas para o crescimento global em um ambiente inflacionário ainda pressionado".

"O processo de normalização da política monetária nos países avançados tem se acelerado, impactando o cenário prospectivo e elevando a volatilidade dos ativos", afirmou a autoridade.

O Copom volta a se reunir nos dias 20 e 21 do mês de setembro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Finanças Caderno: C Página: 1